

Relatório da Diretoria. Srs. Acionistas, cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/17. Ficamos a disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Rio de Janeiro, 31/12/17. Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF ..853.543.768.15.

Balancos patrimoniais 31/12/17 e 2016 (Em R\$)						
Ativo	Individual		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota
	2017	2016	2017	2016		
Circulante	400.912.361	361.314.498	835.478.345	498.335.478	345	400.912.361
Caixa e equivalentes de caixa	109.199	123.312	169.387	186.731	186	35.245
Contas a receber	5	9.698	32.069	10.940	33.136	13
Estoques	6	68.365	58.804	82.233	73.524	14
Despesas antecipadas	7	26.665	24.969	61.229	54.769	15
JSCP/Dividendos a receber		470	358	1.408	1.171	16
Impostos contribuições a recuperar	8	2.602	4.209	-	-	17
Outros		1.339	2.787	12.542	22.352	19
Talão do ativo circulante		60	116	1.035	1.779	
Não circulante	291.713	238.002	329.448	291.614	614	4.986
Partes relacionadas	9	34.414	48.245	-	-	13
Depósitos judiciais	18	987	1.025	2.551	2.335	14
Impostos contribuições a recuperar	8	159	159	7.471	11.379	15
Impostos diferidos		1.009	1.005	1.488	1.276	16
Propriedade para investimento		-	-	132	132	17
Investimentos	10	241.425	173.805	3.342	3.427	18
Imobilizado	11	10.806	11.677	283.819	249.373	19
Intangível	12	2.913	2.086	25.771	22.268	20
Outros	11	-	-	4.874	4.851	21

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/17 e 2016 (Em R\$)						
Lucro líquido do exercício	Individual		Consolidado		Participação acionista controlador	Total
	2017	2016	2017	2016		
Lucro líquido do exercício	51.809	10.448	51.499	10.423	66.334	66.334
Atribuído ao acionista controlador	-	-	51.809	10.448	567	567
Atribuído ao acionista não controlador	-	-	(310)	(25)	250.387	250.387

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/17 e 2016 (Em R\$)								
Saldos em 31/12/15	Capital social	Reserva de capital	Reserva de subvenção	Reservas de lucros		Participação acionista controlador	Participação acionista não controlador	Total
				Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31/12/15	2.347	-	-	760	44.566	66.146	188	66.334
Aumento de capital	567	-	-	-	-	567	-	567
Reserva de capital	-	250.387	-	-	-	250.387	-	250.387
Reserva de lucro	-	-	-	5.497	(5.497)	-	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	(4.951)	(4.951)	-	(4.951)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.448	10.448	(25)	10.423
Saldos em 31/12/16	2.914	250.387	18.473	760	50.063	322.597	163	322.760
Reserva de lucro	-	-	-	-	38.084	-	-	(38.084)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	(13.725)	(13.725)	-	(13.725)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	51.809	51.809	(310)	51.499
Saldos em 31/12/17	2.914	250.387	18.473	760	88.147	360.681	(147)	360.534

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/17 e 2016 (Em R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional.** Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. ("Granado") é uma S.A. de capital fechado. Ao longo dos anos o acionista da Granado criou as empresas: Ponteland Distribuição S.A. ("Ponteland" ou "Cia.") em 2003; sendo esta uma S.A. de capital fechado e Jesmond Comércio Varejista Ltda. ("Jesmond") em 2009. Estas sociedades possuem sede à Rua Barão de Tefé, n.º 34 - Saúde/RJ. Dado o processo de expansão das empresas nos últimos anos, em 2014, o acionista controlador e a Administração entenderam ser necessária uma reestruturação societária, além da reorganização da estrutura de gestão e controle, visando suportar o crescimento das operações e alcançar determinados níveis de eficiência e sinergia entre as empresas parte deste mesmo grupo econômico. Essa reestruturação societária consistiu, basicamente, no aporte de capital através da integralização dos saldos de mútuo a receber que a Ponteland possuía junto a Granado e a Jesmond. A partir de 31/08/14, os atos societários relacionados a esta reorganização se tornaram eficazes. A referida reestruturação societária não alterou o controle acionário de nenhuma das sociedades que continuam tendo o mesmo acionista controlador, o qual continua controlando diretamente a Ponteland e passou a exercer o controle indireto da Granado e da Jesmond. A Ponteland e suas controladas, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório. O Grupo tem como principal frente de negócios a produção, comercialização e distribuição, no atacado e varejo, de produtos farmacêuticos, higiene e limpeza pessoal, cosméticos e perfumarias, especialmente das marcas Granado e Phebo. Em 31/12/17, o Grupo conta, em nível nacional, com duas unidades fabris, um centro de distribuição, 59 lojas, além de escritórios administrativos e de vendas. No final/12/14, foi inaugurada a nova fábrica, localizada em Japeri, Rio de Janeiro. O processo de expansão continuou em 2015, 2016 e 2017, neste período ocorreram investimentos expressivos em construção e na aquisição de equipamentos. Em setembro de 2016, houve o ingresso do acionista Antonio PUIG S.A. ("PUIG"), sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis da Espanha. O novo acionista adquiriu 35% do capital votante. A empresa Antonio PUIG S.A. não tem participação direta nas controladas. Em novembro de 2017, a Granado abriu a primeira loja própria na França e iniciou as vendas online na Europa. O Grupo pretende avaliar o desempenho, para tomada de decisões futuras. Os recursos oriundos do aporte de capital efetuado pela PUIG foram utilizados essencialmente para reduzir o endividamento do Grupo, com a quitação de operações de debêntures e financiamentos diversos, sendo o ingresso da acionista Antonio Puig, S.A. estratégico para o fortalecimento das marcas e expansão das vendas no mercado internacional.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras (individual e consolidada) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras (individual e consolidada). A preparação das demonstrações financeiras (individual e consolidada) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras (individual e consolidada) para o exercício findo em 31/12/17 foram autorizadas pela Administração em 28/02/18.

**3. Resumo das principais políticas contábeis.**

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos pelo Grupo com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação.

**3.2. Contas a receber.** As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. A empresa adota como critério constituir a provisão para os valores pendentes de recebimento superior a 180 dias.

**3.3. Estoques.** Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição e produção, deduzido de provisão para ajustes às prováveis valores de realização, quando aplicável.

**3.4. Ativos arrendados.** Arrendamento mercantil operacional. Arrendamentos mercantis para os quais o grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

**Arrendamento mercantil financeiro.** Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

**3.5. Imobilizado.** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, ajustado pelo custo atribuído dos bens, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear: Prédios e benfeitorias: 4%; Móveis e utensílios: 10%; Instalações: 10%; Máquinas e equipamentos: 10%; Computadores e periféricos: 20%; Veículos: 20%; Benfeitorias e imóveis de terceiros: Tempo de contrato. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

**3.6. Intangível.** Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes e luvas por ponto de venda da rede de varejo (Jesmond). Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

**3.7. emprés-**

Demonstrações dos resultados em 31/12/17 e 2016 (Em R\$)					
Receita operacional líquida	Nota	Individual		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	20	395.884	354.480	464.562	415.521
Custo dos produtos vendidos	21	(225.193)	(205.757)	(197.966)	(179.986)
Lucro bruto		170.691	148.723	266.596	235.535
Receitas (despesas) operac., líquidas					
Remuneração dos administradores	9	(480)	(480)	(948)	(948)
Despesas com vendas	22	(58.009)	(53.493)	(107.118)	(96.634)
Despesas gerais e administrativas	22	(49.263)	(45.439)	(76.678)	(68.319)
Result. de equivalência patrimonial	10	1.622	1.898	-	-
Outras despesas operacionais		(578)	(2.158)	(6.645)	(4.441)
Lucro antes do resultado financeiro e do IR e contribuição social		63.983	49.051	75.207	65.193
Receitas financeiras	24	2.844	5.338	6.245	11.272
Despesas financeiras	24	(2.382)	(44.659)	(16.555)	(64.802)
Lucro antes do IR e contribuição social		64.445	9.730	64.897	11.663
IR e contribuição social - corrente	23	(12.640)	(97)	(13.621)	(2.184)
IR e contribuição social - diferido	23	4	815	223	944
Lucro líquido do exercício		51.809	10.448	51.499	10.423
Atribuído ao acionista controlador		-	-	51.809	10.448
Atribuído ao acionista não controlador		-	-	(310)	(25)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/17 e 2016 (Em R\$)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Individual		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		51.809	10.448	51.809	10.448
Ajustes para reconciliar o lucro líq. do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Participação do acionista não controlador		-	-	(310)	(25)
Depreciação e amortização		2.090	1.659	18.213	15.483
Provisão para contingências		(506)	(1.024)	106	(684)
Juros e encargos s/ empréstimos e financiamentos		(1.066)	22.326	(1.330)	24.536
Provisão para créditos de liquid. duvidosa		225	863	225	863
Equivalência patrimonial		(1.622)	(1.898)	(3.342)	-
Custo da captação das debêntures (pela liquidação das debêntures)		-	1.377	-	1.377
(Aumento) diminuição nas contas do ativo		50.930	33.751	65.371	51.998
Contas a receber		(9.786)	(15.312)	(8.934)	(29.733)
Estoques		(1.696)	(5.173)	(6.460)	(5.889)
Impostos a recuperar		(611)	(1.127)	11.659	(2.092)
Impostos diferidos		(4)	(249)	(212)	(368)
Depósitos judiciais		36	(207)	(216)	(555)
Despesas antecipadas		(113)	(86)	(237)	(174)
Partes relacionadas		13.831	(48.245)	-	-
Outros ativos		59	(34)	720	(628)
Aumento (diminuição) nas contas do passivo		(543)	(300)	(3.002)	343
Fornecedores		2.055	432	5.624	888
Obrigações trabalhistas		1.460	1.307	2.406	(323)
Obrigações tributárias		(1.976)	(8.562)	-	-
Partes relacionadas		-	(468)	(12)	(477)
Impostos diferidos		1.342	(27.701)	1.858	(31.832)
Outros passivos		(34)	54	1.745	67
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		54.954	(71.920)	70.310	(18.775)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de controlada líq. de caixa adquirido	Nota	Individual		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Aquisição de controlada líq. de caixa adquirido		(510)	(411)	(55.115)	(45.283)
Alienação de imobilizado		82	318	3.998	797
Aumento de capital em controladas		(69.000)	(9.783)	-	-
Adição de intangível		(1.619)	(1.698)	(5.045)	(3.095)
Baixa de intangível		-	-	-	424
Caixa aplicado nas ativ. de investimento		(71.047)	(11.574)	(56.162)	(47.157)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	Nota	Individual		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Captação líquida de empréstimos e financiamentos		-	45.083	-	59.579
Pagamento de principal s/empréstimos		(4.285)	(214.603)	(20.128)	(243.464)
Pagamento dos parcelamentos de tributos		(1.993)	(2.308)	(12.007)	(5.295)
Aporte de capital		-	250.954	-	250.954
Recebimento de Juros sobre o capital próprio/dividendos		4.209	-	-	-
Pagamentos de Juros sobre o capital próprio/dividendos		(4.209)	(6.736)	(4.209)	(6.736)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(6.278)	72.390	(36.344)	55.038
Redução líq. do caixa e caixa equivalentes		(22.371)	(11.104)	(22.196)	(10.894)
Caixa e equivalentes no final do exercício		9.698	32.069	10.940	33.136
Caixa e equivalente no início do exercício		32.069	43.173	33.136	44.030
Redução líq. do caixa e caixa equivalentes		(22.371)	(11.104)	(22.196)	(10.894)

em exercícios futuros. Abaixo seguem as novas normas, interpretações e alterações de normas e interpretações existentes que ainda não estão vigentes em 31/12/17, e não foram adotadas de forma antecipada pela Cia. A Administração avalia os impactos de sua adoção, abaixo mencionadas:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado), dependendo da característica de cada instrumento pode ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros, sendo um híbrido de perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor em 1º/01/18. A Administração avaliou o novo procedimento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Cia. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas ao Grupo em 2018.
- CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A norma entra em vigor a partir de 01/01/18. A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela será reconhecida. A Administração avalia os impactos da sua adoção conforme mencionado abaixo: O princípio básico deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A entidade deve considerar os termos do contrato e todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar este pronunciamento. A Administração avaliou os contratos vigentes em 31/12/17, sendo os principais contratos com as grandes redes, condicional o desconto comercial sobre o montante de compras efetuadas: (i) **Vendas de bens - venda para as grandes redes**, a entrega de produtos não é a única obrigação, o valor do faturamento constitui a obrigação de conceder descontos sobre o faturamento. A despesa é contabilizada no mês de competência. Para os demais clientes, que representam a grande maioria, entretanto em menor relevância, se espera que a entrega de produtos, seja a única obrigação. (ii) **Contra prestação variável** - Todos o clientes tem direito à devolução, descontos comerciais, bonificações ou abatimento por volume. O Grupo reconhece a receita da venda de produtos mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As devoluções são abatimento das receitas de vendas, as bonificações são despesas comerciais, os abatimentos comercial são negociado na geração do pedido. A Cia. está avaliando a relevância das devoluções no âmbito da nova norma. (iii) **Abatimentos por volume** - O Grupo não trabalha com abatimento por volume. (iv) **O programa de fidelidade** - Tal incentivo contínuo, oferecido por um varejista para recompensar clientes e encorajar repetição de negócios, atualmente não é adotado pelo Grupo. A administração do Grupo entende que a aplicação da norma não tem efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de vendas, e as obrigações de desempenho. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas ao Grupo em 2018. O Grupo pretende estender a análise e implementar as alterações necessárias do CPC 47 através de estudo mais amplo.
- CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º/01/2019. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidencição de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. Em 2018, o Grupo planeja avaliar o potencial efeito da norma nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração entende que não existem outras normas e interpretações emitidas e adotadas pela primeira vez neste exercício bem como normas e interpretações ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pelo Grupo.

**4. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas incluem todas as demonstrações financeiras das entidades que compõem o Grupo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada pelos seguintes ajustes:

- As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas.
- Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados.
- Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas são eliminados.
- Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem práticas contábeis consistentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/17 compreendem as demonstr



	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesa gerais e administrativas	(29.470)	(25.176)	(37.576)	(31.995)
Despesas com pessoal	(5.877)	(3.152)	(5.986)	(1.612)
Aluguel	(3.398)	(5.131)	(5.355)	(5.882)
Serviços de terceiros	(1.559)	(575)	(4.372)	(4.501)
Concessionários de serviços públicos	(3.344)	(1.814)	(6.072)	(5.818)
Manutenção, conservação e limpeza	(1.757)	(1.445)	(7.134)	(5.995)
Depreciação e amortização	(2.153)	(2.064)	(2.910)	(2.618)
Despesas de viagem	(1.019)	(923)	(1.872)	(1.425)
Despesas de escritório	-	(1.391)	-	(1.391)
ICMS sobre substituição tributária	(686)	(3.768)	(5.401)	(7.082)
Outras despesas/receitas	(49.263)	(45.439)	(76.678)	(68.319)

### 23. IR e contribuição social

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do IR e contribuição social	64.445	9.730	64.897	11.663
Alíquota fiscal de IR/CS	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota nominal	(21.911)	(3.308)	(22.065)	(3.965)
Multas e outras despesas ineducáveis	(30)	(475)	(194)	(512)
Subvenções governamentais	5.170	4.065	5.516	4.581
Outras adições e exclusões permanentes	4.135	436	3.345	(1.344)
Despesa de IR e contribuição social	(12.636)	718	(13.398)	(1.240)
Alíquota efetiva	20%	7%	21%	11%

O Grupo constituiu IR e contribuição social diferidos no montante de R\$223 em 2017 (R\$944 em dezembro de 2016) sobre diferenças temporárias originadas na Ponteland. Em função do histórico de prejuízos, não foram constituídos créditos tributários sobre prejuízo fiscais e diferenças temporárias na Casa Granado e Jesmond.

### 24. Resultado financeiro

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras	301	231	308	251
Juros financeiros	2.543	5.107	5.937	11.021
Outras receitas financeiras	2.844	5.338	6.245	11.272
Despesas financeiras	(1.235)	(27.758)	(2.896)	(32.108)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(292)	(630)	(4.285)	(7.037)
Juros sobre parcelamentos	(49)	(1.701)	(109)	(1.784)
IOF	(184)	(493)	(432)	(825)
Tarifas bancárias	(189)	(758)	(255)	(1.040)
Juros financeiros	-	(1.174)	(3.688)	(7.007)
Var. cambial	-	-	(1.937)	(2.026)
Taxa adm cartão	(428)	(7.533)	(428)	(7.533)
Comissões	(5)	(4.612)	(2.525)	(5.442)
Outras	(2.382)	(44.659)	(16.555)	(64.802)
Total	462	(39.321)	(10.310)	(53.530)

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

**Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ponteland Distribuição S.A. (Cia.), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/17 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ponteland Distribuição S.A. em 31/12/17, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

teção para a variação de moeda estrangeira. O Grupo revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/17, bem como os créditos para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Risco de taxa de juros.** Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Considerando o perfil da dívida do Grupo, a Administração considera o risco a variações nas taxas de juros como não relevante. **Risco de crédito.** Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber do Grupo. Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez. A Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **Gestão de capital.** O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios do Grupo e maximizar o valor aos acionistas. O Grupo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. **Gestão de capital.** O Grupo inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, me nos caixa e equivalentes de caixa.

	Individual				
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante
Aluguéis	2.220	2.220	2.220	2.220	4.440

	Consolidado				
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante
Aluguéis	23.227	19.314	16.513	13.733	45.340

**26. Cobertura de seguros.** O Grupo mantém apólices de seguro contratadas junto a seguradoras do país considerando a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31/12/17, o Grupo possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques além de apólice de responsabilidade civil e são assim demonstradas:

	Montante da cobertura	
	Individual	Consolidado
Riscos cobertos (em reais)	126.142	126.142
Lucros cessantes decorrentes de raios/incêndio/explosão	223.858	223.858
Incêndio/raio/implosão/explosão de qualquer natureza	100% FIPE	100% FIPE
Veículos	10.000	10.000
Responsabilidade civil	4.000	4.000
Outras coberturas	75.406	75.406

Risco de engenharia - obra Japeri - 12/16 a 12/17  
A apólice de seguro engloba as três empresas do Grupo, são elas: Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.; Ponteland Distribuição S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda. **27. Instrumentos financeiros.** Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa. Estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber. São classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Fornecedores. Decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, equipamentos e peças para manutenção, e matérias-primas com preços praticados a valores de mercado. • Empréstimos e financiamentos. São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. • Derivativos. Em 2017, o Grupo liquidou as operações de swap, para seus contratos de FINIMP - Financiamento para Importação, como forma de pro-

teção para a variação de moeda estrangeira. O Grupo revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/17, bem como os créditos para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Risco de taxa de juros.** Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Considerando o perfil da dívida do Grupo, a Administração considera o risco a variações nas taxas de juros como não relevante. **Risco de crédito.** Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber do Grupo. Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez. A Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **Gestão de capital.** O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios do Grupo e maximizar o valor aos acionistas. O Grupo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. **Gestão de capital.** O Grupo inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, me nos caixa e equivalentes de caixa.

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	6.127	10.136	26.302	45.902
Fornecedores (Nota 14)	5.309	5.852	22.493	25.495
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(9.698)	(32.069)	(10.940)	(33.136)
Dívida líquida	1.738	(16.081)	37.855	38.261
Instrumentos de patrimônio				
Patrimônio líquido (Nota 19)	360.681	322.597	360.534	322.760
Capital social e dívida líquida	362.419	306.516	398.389	361.021
Quociente de alavancagem	1%	(5%)	11%	11%

Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF: 853.543.768.15  
Antônia Sônia Mineiro Lopes  
Contadora - CRC/RJ:75200/O1 - CPF: 788.154.797-91

a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28/02/18. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6. Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O-4.